

10.235, de 30 de agosto de 1977, estabeleceu os estatutos da mencionada Fundação, a qual se acha, pois, operando desde então. O exame do relatório de atividades do exercício de 1980 veio a demonstrar mais que sempre a viabilidade do sistema. Com efeito, na análise do balanço nota-se, na parte atinente ao patrimônio líquido, que o resultado do exercício de 1980, mostrou-se da ordem de Cr\$ 14.416,234,22 (quartoze milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e trinta e quatro cruzeiros e vinte e dois centavos). E mais, os compromissos existentes representam apenas 58,98% dos recursos apurados. A receita institucional bem como a própria cresceram. Inobstante o fluxo de investimentos dirigidos a ampliar a laborterapia. Muito facilitou a movimentação empresarial da Fundação o Regulamento de licitações para compras, obras, serviços e alienações que se estabeleceu. O Anteprojeto de Lei de Execução Penal poderia vir a estabelecer: "o trabalho dos presos poderá ser gerenciado por fundação, à qual caberá, com critérios e métodos empresariais, promover e supervisionar a produção, bem como encarregar-se de sua comercialização". A conveniência ou a inconveniência de tal dispositivo não vem ao pêlo discutir aqui e agora. O que importa ressaltar é a manutenção da idéia de órgão de nítido caráter empresarial, atuante na execução penal, ainda que mediata mente. Poder-se-ia conduzir os Estados membros a criarem fundações semelhantes à já existente no Estado de São Paulo, levando-se em conta as peculiaridades sócio-econômicas de cada qual. Poder-se-ia pensar em uma fundação federal, integrada a um sistema, ou rede, projetando-se nos Estados, em cooperação funcional à semelhança da FUNABEM-FEBEM. Poder-se-ia, ainda, imaginar um alargamento de competência deste Conselho, a ponto de modificar fundamentalmente o trabalho prisional nos Estados, utilizando-se a experiência apontada. Estas são idéias, a que outras se deve e podem acrescentar, e servem tão somente de colaboração primeira, com a referida Comissão, incumbida de proceder ao estudo sobre o amparo do preso. Pontuando: não se deseja a privatização da execução penal, mediante uma ótica empresarial, mas tão só tornar efetiva a laborterapia, arredando-se do artesanato e tornando-a produtiva e preparatória da liberdade". Quando o relator concluiu a exposição em apreço houve aprovação generalizada pelo Colegiado. Enfatizaram a importância do assunto e ofereceram subsídios ao tema, os Senhores Conselheiros NABOR CESAR SIQUEIRA, ALCEO MORAES ALMEIDA e JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA. O Senhor Presidente retomou a palavra e, à vista da experiência que o Senhor Conselheiro JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA desenvolve sobre o assunto, determinou que participasse da reunião informal que realizaram paralelamente à do Conselho. A seguir o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro HEBER SOARES VARGAS que propôs ao Conselho através da comunicação que se segue, a criação do MUSEU PENITENCIÁRIO. "Senhor Presidente, Senhores Conselheiros - Um aspecto muito supérfluo da literatura sobre inovação é que grande parte dela analisa as mudanças que já ocorreram. Os estudos se baseiam em histórias de mudanças pouco ou nada planejadas, das quais se deduzem modelos de como ocorreu de fato o processo e se estabelecem estratégias para mostrar como o processo poderia ter sido acelerado. Saberemos muito mais sobre a dinâmica da mudança quando pudermos controlar determinada inovação desde sua gênese até sua plena adoção, em vez de ter que recriá-la "a posteriori" (Huberman, *Uma Contribuição Al Estudo de la Inovacionn, Paris, 1973, pág. 7*). Tenho a honra de apresentar à elevada consideração de Vossa Excelência o Projeto de criação do "Museu Penitenciário Brasileiro", como forma de preservação da memória histórica do Penitenciário no Brasil. As palavras de Huberman, que servem de epígrafe, a esta exposição de motivos, constituem-se em uma importante e considerável advertência àqueles que pretendem criar ou inovar patrimônio cultural que deva ser preservado em benefício da sociedade. Nas últimas décadas, a característica mais previsível de toda e qualquer sociedade tem sido mudança - mudança política, econômica, cultural - em suma mudança em todos os aspectos e, principalmente na criminalidade e violência social. Para que o momento brasileiro recebesse o influxo valioso de uma política criminal e penitenciária inovadora e exigente consigo mesma, tornou-se essencial que o Ministério da Justiça, insumo crítico do sistema, criasse o Conselho Na

cional de Política Penitenciária. Órgão este, que tem se caracterizado pela sincronia de objetivos, de cuidadosos estudos reformadores da legislação penal, processual penal, das Leis de execuções penais e da ordenação de normas para uma nova política criminal e penitenciária. Sincronia, esta, que resulta, por sua vez, das próprias características de planificação que marcam distintivamente os programas de desenvolvimento científico em matéria de política criminal e penitenciária. Devido às elevadas expectativas sociais de que geralmente são cercados os responsáveis pela política criminal e penitenciária, a constatação de que seus resultados nem sempre são aqueles que se esperavam, têm levado muitos estudiosos da área a se perguntarem porque isto ocorreu e como evitá-lo no futuro. E, as explicações levantadas têm girado quase sempre em torno da falta de conhecimento e atenção para com o processo de mudança e para com os requisitos necessários a uma mudança bem sucedida. Após de morada reflexão, verificamos que a problemática é ainda maior e mais ampla, atingindo ao conteúdo intrínseco de que o acervo existente sobre o penitenciarismo brasileiro, encontra-se dispersivo e desordenado, sem a necessária correlação íntima que deve existir entre a função da legislação penal e a estrutura orgânica das instituições no decorrer de todo um processo histórico. Cumpre-nos lembrar que, o princípio de inovação legislativa ou mesmo de sua aplicabilidade técnico-científica embasou-se em experiências e conhecimentos passados. E, que o acervo já existente sobre a política criminal e penitenciária apresenta ainda preceitos de correta formulação e que, portanto, devem ser, necessariamente, resguardados e entregues ao conhecimento da comunidade brasileira. Pelo exposto, proponho a Vossa Excelência, após ouvido o plenário, seja levada a presente proposta a alta apreciação de Sua Excelência o Senhor Ministro da Justiça, para decisão, bem como, as providências concernentes a criação e instalação do referido museu sob a égide deste Conselho". Ao finalizar a exposição o relator recebeu o apoio e aquiescência dos presentes, destacando-se o valor da matéria, os Senhores Conselheiros SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, BENJAMIN MORAES FILHO, ALCEO MORAES ALMEIDA e JASON SOARES ALBERGARIA, que reforçaram vivamente a proposição do relator. Ao final das apreciações do Colegiado o Senhor Presidente informou que a proposta "MUSEU PENITENCIÁRIO" seria encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Justiça e, simultaneamente, solicitou ao Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA que pesquisasse junto à Fundação Petronio Portella sobre as possibilidades de sua colaboração para a consecução deste objetivo. Prosseguindo os trabalhos constantes da pauta o Senhor Presidente iniciou o encontro da tarde agradecendo a presença dos integrantes da Comissão Executiva do I CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, ressaltando a presença do Professor JOSÉ CARLOS AZEVEDO - Reitor da Universidade de Brasília e EUCLIDES PEREIRA DE MENDONÇA - Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça. Informou que a finalidade de reunir a estrutura de realização do Congresso vinculava-se à necessidade de fundir os trabalhos realizados e desencadear o aceleração daqueles que ainda estavam pendentes. A seguir passou a palavra ao Coordenador Executivo - Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ, para relatar sobre a matéria. O relator em apreço deu a conhecer os principais assuntos relativos ao tema, destacando-se entre eles, emendas ao Regimento do Congresso aprovado na reunião anterior, bem como o desdobramento do programa, número de Comissões, temário, tempo para comunicações científicas, debates, entre outros. Quanto às emendas ao Regimento, após exame promovido por seu autor, Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES e Comissão Executiva, decidiu-se aprová-lo, estabelecendo-se a possibilidade de ampliar-se o tempo dos debates nas Comissões, criando-se um tempo reduzido para comunicações científicas, no máximo de quarenta minutos cada uma, até o limite de seis comunicações. A seguir o Senhor Presidente passou a palavra ao Vice-Presidente do Congresso Professor JOSÉ CARLOS AZEVEDO que hipotecou todo o seu apoio à realização do Conclave. Com a mesma filosofia manifestou-se o Professor Euclides Pereira de Mendonça, também Vice-Presidente do Congresso. O Senhor Presidente retomou a palavra, agradeceu aos convidados e solicitou aos demais que continuassem a discussão da matéria até o final da reunião. Após, encerrou a sessão informando que no próximo encontro daria a conhecer a sequência das conclusões dos assuntos pendentes. Merecendo aprovação a presente ata, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva